

A DECISÃO DA ESPERANÇA

Contra a política anti-indígena de Bolsonaro, terras indígenas respondem por um terço das urnas em que Lula teve 100% dos votos. Na Bahia, Jerônimo Rodrigues se torna o primeiro governador indígena da história

Páginas 10 a 14

MUTIRÃO VIVO

Sinal de esperança e resistência dos Povos Indígenas, mensagem da vida em abundância nos diferentes níveis, coletividade das ações e conexão com a mãe Terra

Página 15

FORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLIV • Nº 450 • Brasília-DF • Novembro 2022



MEU NOME É RESISTÊNCIA: CINCO DÉCADAS DE SEMENTES TEIMOSAS

Cimi celebra os 50 anos de caminhada junto aos povos originários e faz um resgate histórico de lutas que são o sustentáculo para a continuidade da jornada esperçada no Bem Viver

Páginas 3 a 9



O compromisso de esperar a causa indígena

Trechos do Manifesto do Congresso de 50 anos do Cimi

Em cinco décadas, a luta pela justiça e em defesa da vida em plenitude orientou e orienta a atuação do Cimi, que caminha solidariamente com os povos originários, almejando a construção de outra sociedade, inspirada na visão real e utópica das comunidades indígenas. Nelas, prevalece a construção da pessoa sobre a produção de bens, a participação sobre a competição, a reciprocidade sobre a acumulação e o diálogo sobre a palavra autoritária.

“Mística, Memória, Resistência e Esperança: 50 anos a serviço da vida dos povos indígenas, vivendo com as diferentes culturas na perspectiva do Bem Viver”.

A ‘Mística’, que perpassa os outros eixos - Memória, Resistência e Esperança -, singulariza a atuação profética do Cimi nestes 50 anos. Uma mística militante inspirada nas espiritualidades plurais dos povos indígenas, fazendo frente ao individualismo e às imposições de uma sociedade de consumo. É a mística que sustenta a militância e permite sonhar a socialização de todos os latifúndios – o latifúndio da terra, do capital e do saber – e replantar os sonhos dos povos indígenas e dos pobres nas rachaduras do sistema.

A ‘Memória’ do passado colonial vem pela busca da proteção contra a repetição traumática desse passado. A ‘Resistência’ histórica dos povos indígenas, contra o colonialismo, renovada constantemente em lutas, atos, mobilizações, retomadas e autodemarcações, abre caminhos de ‘Esperança’. Hoje, como há 50 anos, esperar é ato revolucionário, é profissão de fé.

O Cimi nasceu como filho do Concílio Vaticano II (1962-1965) e como organismo anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1972, no oitavo ano da ditadura militar. A ideologia desenvolvimentista e autoritária daquela época vislumbrava o extermínio e a integração compulsória como destino para os povos indígenas. Neste contexto, instaurou-se a urgência de se criar uma pastoral em defesa destes povos.

No mesmo ano, em 25 de setembro, foram inaugurados os primeiros 1.254 km da rodovia Transamazônica (BR-230), cujo traçado atingiu mortalmente 29 territórios indígenas. Pela TV brasileira, o evento foi festejado como um dos esteios do “milagre brasileiro”. Na mesma época, a denúncia de uma “Biafra brasileira” no Vale do Guaporé percorreu a imprensa internacional. O traçado da BR-364, de Cuiabá para Porto Velho, que atravessou o coração do território Nambiquara, causou a contaminação por sarampo e a morte de todas as crianças e jovens menores de 15 anos. Esse foi um entre tantos outros genocídios e crimes praticados nos anos de autoritarismo.

Passados 50 anos desde a fundação do Cimi, em nome da nossa Igreja, pedimos perdão aos povos indígenas pelos pecados

da colonização da qual participamos ao longo desses mais de 500 anos. Ao mesmo tempo, agradecemos aos povos originários a graça pascal de acompanhar suas incansáveis lutas, sustentadas nas ancestralidades e na certeza de que há outros mundos possíveis.

Agradecemos aos povos indígenas, que nos ensinaram a viver na alegria de uma “sobriedade feliz” (Laudato Si, 224s) e resistir ao colapso ambiental; aos nossos mártires, que assumiram a missão com todos os riscos que ela implica e que deram sua vida pela causa indígena; à CNBB, que nos deu o amparo institucional para navegar contra as correntezas destrutivas e excludentes em tempos de autoritarismo e que assume conosco, no tempo presente, o compromisso com a defesa da justiça, da dignidade e da vida dos povos originários; e aos movimentos sociais, instituições e entidades, no Brasil e no exterior, que comungam da mesma mística, esperança e resistência e cooperam, articulam e se somam à luta dos povos indígenas por seus direitos, especialmente às suas terras.

Desde sua primeira Assembleia Geral, em 1975, o Cimi assumiu seis prioridades que, até os dias atuais, orientam sua atuação. São elas: Terra; Cultura; Autodeterminação; Encarnação/inculturação como descolonização das práticas pastorais; Conscientização; Pastoral Global como pastoral indigenista específica, integral, contextual, universal, libertadora.

Foi no silêncio e na solidão da ditadura militar que o Cimi assumiu, em 1972, a dívida histórica da Igreja Católica com os povos indígenas. E essa missão continua. Não vamos “cair na tentação de virar a página” (Fratelli Tutti 249).

Tantas vidas indígenas são ceifadas, ano a ano, pela ação ou omissão do Estado brasileiro. Depois de 50 anos, o horror não passou. A violência contra os povos indígenas intensificou-se e tornou-se um combate cotidiano contra seus espaços, suas terras, as florestas que as recobrem, a vida que pulsa em todas as suas expressões. Em nome de um projeto desenvolvimentista e de uma acumulação capitalista sem precedentes, devastam-se os territórios, incendeiam-se as matas, exterminam-se os animais, contaminam-se as fontes de água, profanam-se os espaços sagrados, perfura-se o corpo da terra-mãe em busca de minérios.

Contra esse projeto de morte, a missão do Cimi e de seus aliados continuam sendo a de assumir com coragem e profetismo a defesa da causa dos povos indígenas. O Cimi renova seu compromisso de seguir, junto a esses corpos ancestrais de sonhadores e lutadores indígenas, num caminhar contínuo, esperançoso, compartilhado, solidário, comprometido com o Bem Viver e com a construção de um outro mundo possível.

Porantimadas

Desbloqueio do Fundo Amazônia

Após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na disputa pela Presidência do Brasil, a Noruega afirmou que irá reativar o Fundo Amazônia, suspenso em 2019, após o presidente Jair Bolsonaro extinguir unilateralmente dois comitês que eram responsáveis pela gestão do fundo. A interrupção dos repasses ocorreu em meio à alta do desmatamento da Amazônia, que cresceu 70%, quando o governo norueguês entendeu como falta de interesse de Brasília em conter o desmate ilegal da floresta. A Noruega era a maior doadora do fundo, tendo, entre 2008 e 2018, repassado 1,2 bilhão de dólares para a iniciativa, que paga para o Brasil prevenir, monitorar e combater o desmatamento. O fundo tem hoje cerca de R\$ 2,5 bilhões não utilizados. A Alemanha era o segundo maior doador e também suspendeu os repasses. (Informações do Brasil de Fato)

Comunidades e povos tradicionais

O tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2022 desse ano trouxe um recorte a respeito de um problema social silenciado, os “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. O tema foi divulgado pouco depois do início da prova, no Twitter do Ministro da Educação, Victor Godoy. Os mais de 3 milhões de pessoas que se inscreveram no Enem deste ano puderam escrever um texto dissertativo-argumentativo sobre o assunto, se baseando em quatro textos “motivadores” que destacavam a multiplicidade das comunidades tradicionais. Um dos textos explicou a definição do termo “comunidades e povos tradicionais”, enquanto um gráfico apresentava a estimativa populacional de povos e comunidade tradicionais em cada estado brasileiro, incluindo entre eles povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e ciganos. Além do tema da redação, o Enem trouxe ainda uma questão sobre Patxohã e o Fogo de 1951, com um texto base sobre o assunto intitulado “As línguas silenciadas do Brasil”.

Retorno à ação climática

Com a 27ª conferência do clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 27, que aconteceu do dia 6 ao dia 18 de novembro, em Sharm el-Sheikh, no Egito, veio também a expectativa sobre qual será a participação do futuro governo Lula no evento. O mundo se volta para as promessas futuras em relação ao meio ambiente. A COP 27 é um evento que reúne governos do mundo inteiro, diplomatas, cientistas, membros da sociedade civil e diversas entidades privadas. O termo COP é uma sigla em inglês que faz uma referência às 197 nações que concordaram com um pacto ambiental da ONU do início da década de 1990. A conferência é realizada anualmente desde 1995, com exceção de 2020 em virtude da pandemia. O objetivo do evento é debater e buscar soluções efetivas para a crise climática.



“MEU NOME É RESISTÊNCIA”

Cimi celebra os 50 anos de caminhada junto aos povos originários

Com “mística, memória, resistência e esperança”, celebramos o cinquentenário do Cimi, resgatando todo o histórico de lutas que são o sustentáculo para a continuidade da jornada missionária

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

“Meu nome é resistência”, a afirmação da liderança indígena Rosa Tremembé retrata também a trajetória do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) nessas cinco décadas de aprendizado, troca e doação em defesa dos povos originários. A resistência indígena é o que marca o tempo, o ontem e o hoje, é o legado deixado para os que puderam experimentar a vida missionária junto aos povos indígenas nesses 50 anos de teimosia. “São sementes teimosas que se espalham alimentadas pela utopia do Bem Viver”, como destacou Dom Roque, presidente do Cimi e arcebispo de Porto Velho (RO).

Para a comemoração do quinquenário, foi realizado um Congresso no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), do dia 8 a 10 de novembro de 2022. O encontro reuniu mais de 300 pessoas entre lideranças indígenas, funcionários do Cimi, missionários e missionárias, colaboradores e apoiadores da causa indígena. As atividades se estruturaram em torno do tema “Mística, memória, resistência e esperança: 50 anos a serviço da vida dos povos indígenas” e do lema “Vivendo com as diferentes culturas na perspectiva do Bem Viver”, resgatando todo o histórico de lutas que são o sustentáculo da continuidade da caminhada missionária.

Em clima de celebração, o Cimi deu início às atividades do Congresso de 50 anos da instituição logo no começo da manhã do dia 8 de novembro, quando foi realizada uma mística. “A nossa mística é militante, a causa indígena nos põe no centro do furacão do conflito. A nossa mística nos faz sonhar pela socialização dos latifúndios”, explica Paulo Suess, assessor teológico do Cimi e um dos fundadores da entidade.

Lideranças indígenas, com seus cantos e rituais, energizaram o espaço e os presentes ao som dos maracás e sob o aroma dos incensos, da água de cheiro e dos cachimbos. Em seguida, todos participaram de um canto emocionante: o “Renascer da Esperança”.

“Nossa força vem da nossa ancestralidade e da nossa espiritualidade”, conta Eunice Tapuia, liderança do povo indígena Tapuia do Carretão (GO), ao lembrar dos ensinamentos de sua tetravó. “Na minha aldeia tem beleza, tem arco e flecha, tem plantas e raiz para curar”, cantaram as lideranças.

Em um segundo momento, missionários e missionárias fizeram uma apresentação cênica, trazendo à memória o caminho construído ao longo dos 50 anos a serviço da vida dos povos indígenas e o surgimento de cada um dos onze regionais envolvidos pela Mística, pela Memória e pelo Esperança que move os missionários e missionárias do Cimi.



Congresso 50 anos do Cimi

“A nossa mística é militante, a causa indígena nos põe no centro do furacão do conflito. A nossa mística nos faz sonhar pela socialização dos latifúndios”

Como lembrou Domingas Apatso Rikbaksa, liderança da Terra Indígena (TI) Erikbatsa, em Mato Grosso, “o Cimi vem enfrentando vários desafios, mas nunca abaixaram a cabeça e nunca cruzaram os braços. Enquanto tivermos saúde, nunca vamos deixar de lutar pelos nossos direitos”.

Caminhos percorridos

A abertura do Congresso também foi marcada pela calorosa acolhida dos participantes e pela mística que alimenta a vida missionária, destacada pela Irmã Lúcia Giancesini, vice-presidente do Cimi, que fez uma acolhida calorosa.

“São 50 anos de memória, de resistência e esperança. Cinquenta anos dos mochileiros, de presença solidária e de muito aprendizado. Cinquenta anos de lutas, de convivência e de martírios, porque a causa indígena é a causa do Cimi. Neste Congresso, somos convidadas e convidados a celebrar, fazer memória e contemplar a história com o coração agradecido”, destacou.

“Neste ano jubilar, fazemos memória do caminho percorrido na defesa da vida, da terra e dos direitos dos povos, do compromisso incondicional de estar sempre presente nas alegrias e nas dores”, afirmou Dom Roque Paloschi, presidente do Cimi e arcebispo de Porto Velho (RO).



Dom Roque Paloschi, presidente do Cimi e arcebispo de Porto Velho (RO)



Eunice Tapuia, liderança do povo indígena Tapuia do Carretão (GO)



Domingas Apatso Rikbaksa, liderança da Terra Indígena Erikbatsa



Irmã Lúcia Giancesini, vice-presidente do Cimi, que fez uma acolhida calorosa

“Mais do que nunca, a profecia se faz necessária agora. Diante da conjuntura atual, é necessário a todos nós ter a coragem de renovar a esperança, a resistência, a mística e a memória”, avalia Dom Roque.

O secretário executivo do Cimi, Antônio Eduardo Oliveira, reforça a construção a várias mãos do Congresso. “O processo dos 50 anos teve uma participação coletiva e efetiva de muita gente”. Também, evidenciou a relevância de diversos nomes que lutaram pela propagação desse ideal. “Desde nomes mais recentes que ainda atuam na causa como Cleber Buzatto, Egon Heck e Egydio Schwade, até Dom Pedro Casaldáliga, e tantas outras personalidades que auxiliaram nessa jornada”, listou o secretário.

Egydio Schwade, um dos fundadores do Cimi e da Operação Anchieta (Opan), falou do início da trajetória da entidade. “Fui o primeiro secretário nacional do Conselho Indigenista Missionário, movimento que teve início na Ditadura Militar. Com bastante dificuldade, conseguimos dar voz à causa indígena. Me considero um sobrevivente por toda a perseguição sofrida durante todos esses anos de caminhada”, recorda Egydio.

Por sua vez, Joenia Whapichana, primeira mulher indígena eleita deputada federal, agradeceu a oportunidade em participar do Congresso e pelo Cimi ter se colocado como sujeito de resistência à política anti-indígena enfrentada pelos povos originários no Brasil. “Os missionários trabalham dedicando sua vida em defesa dos povos indígenas, atendendo ao seu chamado de luta e resistência”.

Joenia ainda destacou a luta das mulheres indígenas. “Essa torna-se necessária principalmente pela atual política misógina, que busca silenciar a pauta e inibir o direito de manifestação de representantes femininas”.

Nesses 50 anos, o Cimi teve como pano de fundo a luta por uma outra sociedade, que se inspira na missão real e utópica das sociedades indígenas. “A nossa fé produz sinais de justiça e permite criar imagens de esperança, que podem produzir rupturas no sistema para que o mundo seja mais habitável para todos”, completa Paulo Suess.

O cinquentenário do Cimi marca e é marcado de forma profunda pela luta e resistência dos povos indígenas, evidenciados no depoimento de Wilson Pataxó Hã-Hã-Hãe, liderança da TI Caramuru Catarina Paraguaçu, no Sul da Bahia.

“Enquanto tiver indígena no Brasil, o Cimi vai estar presente, enquanto tiver terra para demarcar, o Cimi estará presente”, compartilhou o líder indígena que é sobrinho de Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe, liderança assassinada em Brasília no ano 2000, queimado por jovens da classe média brasileira enquanto dormia no abrigo de uma parada de ônibus, em Brasília.

O tuxaua do povo Macuxi, Jacir de Sousa, da TI Raposa Serra do Sol, avalia que são 50 anos em que o Cimi entendeu e acolheu a luta dos povos indígenas no Brasil. “E hoje, somamos forças para defender nossos direitos e demarcar nossas terras. Temos muito a agradecer ao Cimi pelos seus 50 anos”, reforça o tuxaua Macuxi.

Por fim, para oficializar de vez, e abrir as atividades da celebração dos 50 anos do Cimi, os participantes fizeram uma grande festa: bolo, balões, confetes e comidas de diferentes regiões do país compuseram o cenário da comemoração.



Antônio Carlos Queiroz – o ACQ –, ex-editor do Jornal Porantim



Egydio Schwade

“Memória – Reflexão sobre os 50 anos do Cimi”

Após o momento especial de abertura, o Cimi deu início à primeira mesa do evento. Com o tema “Memória – Reflexão sobre os 50 anos do Cimi”, missionários e missionárias de cada Regional do Cimi – ao todo, onze – compartilharam um pouco do histórico, de lutas e conquistas, com o público presente.

Os relatos mostraram que as histórias dos Regionais do Cimi, mesmo estando em diferentes lugares do país, se conectam por meio de um mesmo ponto: a defesa dos direitos originários. De Norte a Sul, missionários e missionárias seguem, ao longo das cinco décadas do Cimi, colaborando com a luta pelos povos indígenas.

Entre os desafios mencionados nesse momento do Congresso, estava a demarcação dos territórios indígenas. Diante do contexto, vale ressaltar que, nos últimos anos, indígenas e organizações apoiadoras da causa têm denunciado o aumento das invasões e de violência contra as comunidades.

A política anti-indígena do atual governo agravou – e muito – esse cenário. Projetos de Lei (PLs), como o PL 191/202 – que libera a mineração em terras indígenas – e o PL 490/2007 – que inviabiliza a demarcação dos territórios indígenas –, decretos, e instruções normativas usurparam os direitos originários ao longo dos últimos quatro anos.

Além disso, não se pode esquecer da morosidade do julgamento do caso de Repercussão Geral – pelo Supremo Tribunal Federal (STF) –, que definirá o futuro das Terras Indígenas (TIs) de todo o país.

Memórias do Porantim

Abriendo o segundo momento da mesa, Antônio Carlos Queiroz – o ACQ –, ex-editor do Jornal Porantim, resgatou memórias do tempo em que ele contribuiu com a construção do Cimi. Em sua fala, ACQ lembrou de uma das edições do jornal – a de número 37.

“Um dos primeiros trabalhos que fiz no Porantim foi passar a noite fazendo a revisão do jornal de número 37, de abril de 1982. Esse número trazia um mapa do Brasil com a população estimada dos povos indígenas levantada pelo próprio Cimi. E o número estimado ali era de 185.485 pessoas. Naquela época, a ‘Funerária Nacional dos Índios’, a Funai [Fundação Nacional do Índio], fazia uma operação de extermínio estatístico. Cada número que publicavam, iam diminuindo o número dos índios”, relatou ACQ.

Mas, segundo ACQ, o Cimi caminhou na direção contrária da Funai. “O Cimi começou a ‘catar’ os povos Brasil a fora. Pessoas como Egydio saíam com picuá [cesto], com uma ou duas laranjas, contando gente que se chamava ‘caboclo’ e que, de repente, se descobriam como índios. E isso aconteceu no Brasil inteiro. E, assim, começamos a resgatar esses povos.

No Porantim, uma das brincadeiras mais interessantes que a gente fazia era ler o livro do Darcy Ribeiro, Índios do Brasil, e descobrir que povos que ele já tinha considerado extintos, estavam muitos vivos”.

Segundo ACQ, o jornal Porantim é um dos mais longevos jornais da imprensa alternativa brasileira, e é uma “grande referência brasileira da luta dos povos indígenas”.

“Dom Tomás Balduino dizia que o Porantim era o único jornal da Igreja Católica que não tinha cheiro de sacristia, porque o jornal já nasceu com a função jornalística, com apuração dos fatos e denúncias”, afirmou ACQ, que divertiu o público ao replicar a fala de Dom Tomás Balduino.

Recordações antigas e valiosas

Em seguida, foi a vez de Egydio Schwade, indigenista, filósofo e teólogo, lembrar o seu histórico de luta ao lado dos povos originários. Logo no início de sua fala, Egydio leu um documento o qual destaca a importância do trabalho realizado por missionários e missionárias.

“Muitas vezes, estamos acostumados a ver apenas a presença do clero, das irmãs, dos bispos, e muitas vezes esquecemos daquela gente que, organizadamente, sustentou em muitos locais [do Brasil]. Lembro-me que no início do Cimi, muitos missionários, principalmente engajados em missões tradicionais, questionavam, sobretudo, o avanço da questão indígena como uma pauta nacional”, afirmou Egydio.

Egydio também reconheceu que, sem os leigos e leigas, os trabalhos da instituição não teriam se desenvolvido de maneira tão eficiente. “De fato, se não tivesse entrado os leigos e leigas, sobretudo os leigos organizados, com toda certeza teria sido muito difícil fazer esse avanço nacional juntos aos povos indígenas”.

Recordando histórias de pessoas que decidiram somar à causa, Egydio, com os olhos marejados, se emocionou ao falar do momento em que conheceu Egon Heck, membro histórico e fundador do Cimi. “Por volta de 1971, conheci um motorista de ônibus [Egon Heck] que, ao escutar as minhas histórias, se interessou pela causa indígena e acabou, no ano seguinte, indo para Rondônia, para o Rio Guaporé. E ele se engajou a vida toda em lugares onde os povos sofriam, como Rondônia, Mato Grosso do Sul”.

Nesse momento, Egydio encheu os olhos de lágrimas e emocionou também o público presente, que se solidarizou e aplaudiu de pé.

Resistência

Em seguida, Egon Heck lembrou da reação dos povos indígenas contra os “projetos de morte, do caminho da destruição” ao longo da história. A exemplo disso, Egon falou sobre o caso do “Gravador de Juruna”, se referindo ao primeiro deputado federal indígena do Brasil, Mário Juruna.

Na década de 1970, Juruna ficou conhecido por andar pelos corredores e gabinetes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Congresso Nacional portando sempre um gravador para registrar o que “os brancos diziam”.

“O gravador serviu para desmascarar a sociedade não-indígena que ia, sistematicamente, na maior ‘cara de pau’, falar que eram a favor dos povos indígenas. Mas que, posteriormente, destruíam os projetos de vida dos povos”, conta Heck.

Concluindo, Egon enalteceu a força e resistência dos povos indígenas e disse que é preciso mudar o olhar em relação à causa. “Ao longo desses 50 anos do Cimi, nós ressaltamos muito as citações de morte e condenação que os povos enfrentam. E essa intensidade [dos fatos negativos] fez com que a gente enxergasse menos toda a riqueza que passa pelas veias dos povos originários, e que transforma todo o sangue em força e energia”.



Joenia



Egon Heck

“Resistência: o que estamos fazendo, como e quais os resultados?”

O segundo dia de atividades – 9 de novembro – começou animado. Já no café da manhã, faixas e cartazes com frases “Somos Povos Resistência”, “Reduzidos Sim, Vencidos Nunca” e “Resistir para Existir”, pré evidenciaram o tema norteador dos debates do dia. Com muita animação foi realizada a “Marcha da Resistência”, com o objetivo de destacar a caminhada da entidade ao longo dessas cinco décadas.

Antes mesmo da mesa ser composta, os missionários do Cimi, Roberto Liebgott e Saulo Feitosa, contaram como foi o processo de construção do Centro de Formação Vicente Canãs, onde está sendo celebrado o cinquentenário do Cimi. “Com muita luta e resistência, conseguimos garantir esse espaço de acolhimento aos indígenas e missionários. Aqui é um lugar acolhedor e tem sido muito usado nas mobilizações indígenas”, conta Roberto.

Após a mística, com o tema “Resistência: o que estamos fazendo, como e quais os resultados?”, a mesa de debates foi formada por lideranças indígenas e missionários do Cimi.

Na ocasião, o secretário executivo da organização, Antônio Eduardo Oliveira, lembrou que “a resistência é uma ação que se opõe a um movimento de inércia. O Cimi ressignificou essa palavra dando a ela o sinônimo de luta. Por isso, estamos hoje no Centro de Formação Vicente Canãs, um lutador que tombou por sua resistência”.

Em contribuição ao debate, Rodrigo Pataxó, liderança da Terra Indígena Comexatibá destacou a contribuição do Cimi para o fortalecimento das lutas e resistência dos povos originários. “O Cimi tem sido um ponto de equilíbrio entre as comunidades, pois tem sabido articular os povos sem interferir nos modos de vida”, afirma e aponta a importância de mobilizar a juventude nas aldeias para seguir em frente, pois é preciso resistir para existir.

Por sua vez, a cacique Hozana Poruborá, da aldeia Aperoí em Rondônia, de forma sintética, contou a história de seu povo. “Nasci e me criei sabendo que era cabocla, minha mãe falava a sua língua escondida, nós não podíamos falar. Esse direito os invasores nos tiraram. Só depois dos 30 anos pude falar que era indígena, agradeço muito ao Cimi por abrir essas portas para nós”.

Ainda na mesa de debates, Rosa Tremembé entoou o canto “Caboclo tu não aguenta o peso do meu maracá”, reafirmando que a resistência dos povos indígenas está intrinsecamente ligada aos seus ancestrais. De força sábia, ela completa ao afirmar que “os parceiros da luta devem andar do nosso lado, como o Cimi faz, não há frente menos ainda atrás”.

Secretário da entidade por treze anos, Cleber Buzatto, destacou os serviços prestados pela organização, divididos em dimensões, alcançando todas as áreas de atuação do Cimi. “Uma das principais ações que o Cimi apoiou foi a anulação do marco temporal, que em decisão inédita o STF [Supremo Tribunal Federal] extinguiu o processo anti-indígena apoiado por setores ligados ao agronegócio, mineração e grande empreendimento, com interesses nos territórios indígenas”, destacou Buzatto.

Outro ponto abordado por Cleber, foi as parcerias com organizações de apoio à causa indígena ou com pautas semelhantes das defendidas e apoiadas pela instituição, o que tem fortalecido as ações construídas nos espaços de articulação regionais, nacionais e internacionais. O que reflete diretamente na participação das lideranças indígenas nos encontros Latino-Americanos voltados à causa, bem como, espaços de denúncia no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU).



Hozana Poruborá

No entendimento do Cimi, a formação é, e sempre foi, um eixo transversal e fundamental durante esses anos. Assim como, por meio de sua comunicação, “tem auxiliado na denúncia de crimes, divulgação de pautas ambientalistas e indígenas, além do alcance pelas redes sociais e meios de comunicação na qual o Cimi transmite sua luta e resistência”, lembra Cleber.

Finalizando sua participação nesta mesa de debates, Cleber afirma que “a perseguição sofrida pelos indígenas é recorrente, porém com muita resistência o Cimi permanece sendo um inimigo daqueles que continuam tentando cercar os direitos de propriedade e terra dos povos originários”.

O Congresso de 50 anos do Cimi foi estruturado em torno de quatro eixos: Mística, que aos missionários e missionárias é também militância; Memória, que foi amplamente discutido na primeira mesa de debates do evento; Resistência, vastamente debatido neste segundo dia do evento; e Esperança, tema de discussões do terceiro e último dia do encontro, marcando os próximos passos da entidade.

Parceiros na resistência

Ao afirmar que se faz necessário “resistir para existir”, o Cimi reforça sua trajetória junto aos povos indígenas em todo país. Caminhada que ao longo desses cinquenta anos contou com o apoio e contribuição de muitas organizações, na resistência junto aos povos originários, a quem a entidade chama de ‘parceiros de luta’.

“É uma luta diária que enfrentamos, porém nos sentimos gratificados por apoiar essa causa dos povos originários, que se faz necessária tendo em vista que o atual governo tem uma postura repressiva aos indígenas”, afirma Maribel Vilán Palacios, representante da Cáritas Espanha no Congresso do Cimi.

Ao refletir sobre a atual conjuntura e a política anti-indígena do governo Bolsonaro, Simão Guarani Kaiowá, representando a Aty Guasu – Assembleia Geral do povo Guarani e Kaiowá – e Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib), avalia que “nesse momento, devemos reconhecer a força da união dos povos, garantimos uma vida mais segura aos povos originários, sobrevivência e perpetuação de nossas culturas, com o resultado das eleições deste ano, obtivemos um fio de esperança no nosso futuro”.

Por sua vez, o coordenador do Conselho de Missão entre Povos

Indígenas (Comin), Sandro Luckmann, destacou a caminhada conjunta que os dois Conselhos partilham, de resistência junto e com os povos indígenas. Na oportunidade Luckmann leu uma crônica do caderno ‘Tecendo Vidas’, que reúne mensagens desta caminhada de resistência, de partilha e construção conjunta.

Os povos originários são símbolo de resistência no Brasil, para o coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Edinho Macuxi: “há 522 anos que os indígenas vêm mostrando sua resistência e garra, e as parcerias sempre foram fundamentais para a gente”. Ele ainda salienta que o momento é de celebração, e agradeceu a cada um que fez parte desta caminhada de 50 anos do Cimi. “Tudo o que enfrentamos nos motiva a ser fortes e ser guerreiros. Reconhecemos que fomos reduzidos, mas nunca vencidos”, finaliza Edinho Macuxi.

História de resistência

A atuação do Cimi junto aos povos indígenas ao longo dessas cinco décadas tem se transformado em histórias, fortalecido as lutas e resistência dos povos e da instituição.

O tuxaua do povo Macuxi, Jacir de Souza, conta que com muita luta e garra conseguiram conquistar seu território de ocupação tradicional, a Terra Indígena Raposa do Sol, em Roraima. “Temos muitas lutas e guerras para enfrentar, porém temos que reconhecer os avanços, que sem o Cimi seria difíceis”, conta.

Ao se referir a atuação do Cimi juntos aos povos, Jacir assegura ser indispensável. “Esperamos nos próximos 50 anos garantir os territórios de todos os povos indígenas, e isso só será possível com a união dos povos indígenas e aqueles que lutam com a gente, como o Cimi. Isso nos fortalece”, afirma o tuxaua Macuxi.

Se por um lado o Conselho tem transformado a vida dos povos originários, também tem provocado transformações aos que se dedicam à causa. Duas missionárias, contaram suas histórias Alcilene Bezerra da Silva e Marta Mamédio.

“Quando eu conheci o Cimi, me encantei. Na minha cidade tinha muita perseguição às pessoas que trabalhavam com os povos indígenas, mesmo assim me encantei”, contou Alcilene que é do Regional Nordeste. “O Cimi existe há 50 anos, porque os povos indígenas são resistência e a espiritualidade dos povos indígenas também nos fortalece”, completa.

Marta, jovem missionária do Regional Leste, conta “às vezes somos chamados de juventude do Cimi, mas o que temos de comum é que algo nos fez encantar pela causa Indígena”. O tempo de missão permite vivências que não seriam possíveis em outros espaços da sociedade, “pouco sabemos, mas temos muitos a aprender, tanto com os missionários mais experientes, quanto com os povos Indígenas”, assegura.

Por sua vez, Marcelo Zelic, coordenador do Projeto Armazém Memória, “olhar para a documentação histórica do Cimi é ver que a nossa prática é coerente ao longo desses 50 anos. É uma lição para todos nós a ação do Cimi”. O projeto pode ser acessado pelo site do Cimi, na aba Armazém Memória.

O papel da memória é como um elemento de resistência, por vezes encontrar um documento é reafirmar direitos, “por isso temos feito um trabalho no Armazém Memória de reconstruir o Centro de Referência Virtual Indígena, com o objetivo de efetivar a justiça de transição para os povos indígenas, que além de buscar estabelecer verdades e dessa maneira, busque reparar e estabelecer mecanismos de não repetição”, conclui Zelic.

Finalizando os debates sobre o tema, Wilson Pataxó Hã-Hã-Hã, liderança da TI Caramuru Catarina Paraguaçu, no Sul da Bahia, ressalta que “temos um desafio muito grande de lutar pela saúde e educação indígena, mas principalmente de defender a demarcação dos territórios e para isso precisamos existir para resistir e continuar. Por tanto, resistência é você persistir, resistir para garantir o seu território”, encerra Wilson.



Maribel Vilán Palacios, representante da Cáritas Espanha



Tuxaua do povo Macuxi, Jacir de Souza



Marcelo Zelic, coordenador do Projeto Armazém Memória

“Esperança: o que queremos, o que emerge para o futuro?”

Quando o sentimento é compartilhado, a possibilidade de o desejo ser realizado é ainda maior. Unidos por uma corrente de luz e esperança, missionários e missionárias, lideranças indígenas e defensores dos direitos originários fizeram os corações pulsarem ainda mais forte no último dia do Congresso dos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Com o tema “Esperança: o que queremos, o que emerge para o futuro?”, o Congresso foi encerrado no dia 10 de novembro. Mas, antes mesmo que as atividades fossem concluídas, teve muita emoção, cantos e partilhas – culturais, de vivências e até de sementes.

Logo ao amanhecer, os participantes se reuniram na escadaria do Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), e, ao som de cantos e das cordas do violão, foram distribuídas sementes de diferentes regiões do país. Em seguida, uma grande marcha andou em direção ao auditório principal do espaço.

De mãos dadas, mulheres que historicamente contribuem com a defesa dos povos originários abriram as atividades do terceiro – e último – dia do Congresso. Beth Myky, uma das primeiras missionárias do Cimi, contagiou o público ao abrir espaço para a fala das mulheres: “o sistema queria nos matar, mas não sabiam que éramos sementes”.

Em seguida, Izabel Xerente, anciã do povo Xerente, do Tocantins, agradeceu a caminhada do Cimi ao lado dos povos indígenas e disse que é preciso “lutar juntos”. “O Cimi é nossa mãe, Deus o mandou para lutar por nós. Estamos aqui, todos juntos, então temos que lutar juntos até o fim de nossas vidas”, afirmou Izabel.

Jussara Rezende, missionária do Cimi Regional Sul, enalteceu a força dos povos originários. “Querida lembrar da espiritualidade dos povos indígenas, dessa força que eles têm e que nos contagia. Essa espiritualidade, que conversa com a gente, que dialoga muito mais conosco do que nós com eles. E isso, para mim, é uma fonte de força muito grande”.

Ainda nesse momento de falas e partilhas, irmãs e missionárias do Cimi lembraram de Dorothy Stang (Irmã Dorothy), religiosa norte-americana – naturalizada brasileira – que tanto lutou pelas florestas, pelos povos originários e camponeses – e que foi injustamente assassinada por, simplesmente, defender o amor.

Vencemos a ‘noite escura’

Em outro momento do dia, Luis Ventura, secretário adjunto do Cimi, resgatou o sentimento de esperança ao lembrar que o Brasil saiu de uma “noite muito escura” – referindo-se ao término do governo Bolsonaro.

“A nossa esperança nos alimenta. A nossa esperança persiste, porque temos uma missão, um projeto a construir e viver desde já. Um projeto da sociedade do Bem Viver. Estamos saindo de uma noite muito escura, de uma noite que teve muita hostilidade, criminalização, desmonte, muita desconstitucionalização nos últimos quatro anos”.



Congresso 50 anos do Cimi

E, agora, ao sair desse tempo nebuloso e hostil, Luis partilha o seu sentimento de esperança com o que está por vir.

“Apesar de tudo o que foi feito contra os povos indígenas, contra todos nós, conseguimos derrubar a tirania. Estamos agora em um cenário novo, com novas possibilidades, novas conquistas. Começamos a escutar que o garimpo em terras indígenas será combatido, e que será criado o Ministério dos Povos Indígenas. O nosso projeto é ainda maior, a luta dos povos indígenas é ainda maior”.

“Sempre foi hora de esperar, porque esperar é uma forma de ser e estar no mundo. É um momento de abrir os olhos, o coração e assumir a hora”, concluiu, recordando uma fala de Dom Pedro Casaldáliga.

Caminhos a seguir

No dia 9 de novembro – segundo dia do Congresso –, os participantes se dividiram em grupos temáticos para discutir os possíveis caminhos daqui para frente. Como parte da programação do dia 10 de novembro, foram partilhadas as linhas estratégicas elencadas nas reuniões de quarta-feira (9).

Jussara Góes Fonseca, coordenadora do Cimi Regional Norte I, trouxe para esse momento a importância de o Cimi continuar se mobilizando para preservar e fortalecer os povos indígenas.

“Para nós, missionários, falando por mim, é ver a força e luta dos povos indígenas no dia a dia. Não só nas manifestações, mas também nas aldeias. Tudo isso alimenta a nossa esperança a cada dia. O nosso apoio e fortalecimento das assembleias indígenas é muito importante para manter a luta e a resistência a megaprojetos de empreendimentos, como a construção de rodovias que passam por territórios indígenas e devastam a vida e as florestas, e as hidrelétricas. A resistência ao garimpo e à mercantilização da natureza”.

“Vocês [indígenas] são perseguidos por fazendeiros, policiais, madeireiros, por todos os tipos de invasores, e mesmo assim continuam firmes. Muitas pessoas também

morreram na pandemia, mas nós continuamos e vamos lutar até o final. Se antes chegávamos em um fusca com barulho de avião, imagine agora que viemos de ônibus para o Congresso do Cimi. Qual barulho faremos daqui para frente?”, concluiu com o questionamento, seguido de aplausos da plenária.

‘Fila do Povo’

Como parte do último dia do Congresso, já na parte da tarde, foi aberto um momento de falas do público presente. Para isso, foi formada uma fila – carinhosamente chamada de “Fila do Povo” pelo coordenador do Cimi Regional Mato Grosso, Gilberto Vieira dos Santos (Giba) – para que cada pessoa pudesse falar.

Lideranças indígenas de todo o país aproveitaram a oportunidade para compartilhar suas vivências dentro dos territórios, e também agradecer ao Cimi pela caminhada em conjunto ao longo das cinco décadas de existência.

Uma das falas marcantes foi a de André Karipuna, do povo Karipuna, de Rondônia. A liderança falou que a sua maior esperança é livrar o seu território dos invasores.

“A esperança que eu tenho é que nós possamos tirar os invasores de nossa terra, como os madeireiros e garimpeiros. Terra é vida, tudo o que tem na terra é vida. E só tem vida e terra com a floresta em pé. E isso serve para todos, para nós indígenas, para quem está na cidade, para o mundo. Com a ajuda do Cimi e da nossa luta, vamos conseguir”, afirmou André Karipuna.

O desejo de ver os territórios demarcados, a justiça cumprida e os invasores expulsos foi também compartilhado por outras lideranças que participaram da “Fila do Povo”. Assim, no país inteiro, a luta do Cimi ao lado dos povos indígenas irá se perpetuar em prol da defesa da cultura, da língua, da religião, dos valores e dos direitos originários – ascendendo, cada vez mais forte, a chama da esperança e da paz.



Foto: Hellen Loures/Cimi

Izabel Xerente, anciã do povo Xerente



Foto: Maíara Dourado/Cimi

Luis Ventura, secretário adjunto do Cimi



Foto: Maíara Dourado/Cimi

André Karipuna, do povo Karipuna, de Rondônia

HOMENAGEM ÀS MULHERES DO CIMI

Manifestamos nossa gratidão a todas as missionárias, mulheres que decididamente colocaram-se a serviço da vida e dos direitos dos povos indígenas, que disseram sim à missão do Cimi e de forma inculturada dedicaram suas vidas a centenas de

comunidades indígenas Brasil afora.

Com seu trabalho, ajudaram a construir a história e o jeito Cimi de ser nestes 50 anos de caminhada. Algumas delas, pioneiras, antecederam a fundação do Cimi e serviram de referência para a entidade e seu enten-

dimento sobre a missão e o respeito aos povos originários.

Algumas dessas mulheres chegaram até o limite de suas vidas, correram riscos e até mesmo morreram em pleno exercício de sua missão – hora por violência, por acidentes,

hora por doenças como a malária e mais recentemente, pela Covid-19. Nessa homenagem a todas as guerreiras, agradecemos por sua dedicação à causa indígena, que é de todos nós!

◆ Amazônia Ocidental



Dagmar Benedita da Silva – Trabalhou nos Regionais Norte 2, Sul (1990 a 1994) e Amazônia Ocidental. Faleceu em um acidente de carro a caminho da aldeia, em 1999.

◆ Goiás/Tocantins



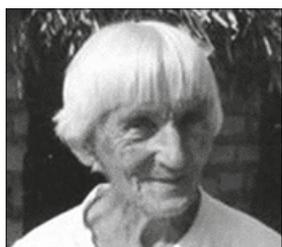
Lucia Godoi – Atuou no Regional Goiás/Tocantins entre 1999 e 2006. Natural da cidade de Ceres (GO), trabalhou muitos anos com o povo Tapuia da aldeia Carretão, próxima à cidade de Rubiataba (GO), onde faleceu, em 2019

◆ Leste



Maria Valdileide Xavier – Trabalhou com o povo Tupiniqum, no Espírito Santo. Faleceu em 1998.

◆ Mato Grosso



Irmãzinha Genoveva – Veva, como era conhecida, pertencia à Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus e viveu por 60 anos junto aos Apyãwa/Tapirapé, inicialmente na Área Indígena Tapirapé-Karajá e, a partir de 1995, na TI Urubu Branco (MT). Junto à Fraternidade das

irmãzinhas, dedicou sua vida à recuperação populacional e ao fortalecimento da identidade, da cultura e da luta territorial do povo. A atuação respeitosa e dedicada das irmãzinhas junto aos Apyãwa representa um marco e uma referência para a história do Cimi. Faleceu em 2013, no território do povo ao qual dedicou sua vida, onde foi sepultada.



Maria Salete Lunardelli – Foi missionária no regional Mato Grosso, onde trabalhou por 12 anos junto ao povo Rikbaktsa. Faleceu de malária, no ano de 1998.

◆ Mato Grosso do Sul



Irmã Lucinda Moretti – Eterna agricultora, trabalhou por muitos anos na aldeia Tey'i Kue, em Caarapó (MS). Seu papel foi sempre de cuidar das sementes tradicionais do povo Guarani e Kaiowá e dos povos campo. Morreu em um acidente de carro saindo de uma comunidade camponesa, em 2013.

◆ Nordeste



Auta Maria – Nascida em Palmeiras dos Índios (AL), foi missionária do Regional Nordeste, equipe de Alagoas. Dedicou sua missão às causas sociais e ingressou no Cimi em 1995, depois de se aposentar como professora. Esteve sempre presente na luta do povo Xucuru-Kariri. Faleceu em 2021.

◆ Norte 1



Irmã Augusta Viapiana – Irmã Consolata, atuou com os povos indígenas da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol (RR). Faleceu em 2016.



Irmã Lenita Xavier – Oblata da Assunção, atuou com o povo Apurinã na região do Rio Purus, município de Tapauá (AM). Faleceu em 2014.



Dorothy Alice Muller Schwade – Fez os primeiros levantamentos dos povos indígenas na Amazônia Ocidental, no Acre e sul do Amazonas. Ajudou na criação do Regional Amazônia Ocidental, do qual foi coordenadora. Atuou com os povos Jarawara, Paumari e Jamamadi, no Rio Purus, município de Lábrea (AM), e posteriormente com o povo Waimiri-Atroari e com trabalhadores e trabalhadoras rurais de Presidente Figueiredo (AM). Faleceu em 2010.



Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho – Agostiniana, foi assassinada em 1985, no rio Pacia, por invasores da TI Caititu do povo Apurinã, no município de Lábrea (AM).



Edina Margarida Pitarelli – Atuou com os povos Macuxi, Wapichana e Sapará na região de Amajari, Diocese de Roraima, e na equipe local do Cimi na Prelazia de Borba (AM), junto aos povos Mura e Maraguá. Integrou a equipe de Coordenação do Cimi Norte I e representou o Regional, por um período, no Conselho Nacional do Cimi. Faleceu em 2020, vítima da Covid-19.



Viviani Guimarães Rezende – Em 1986, iniciou o trabalho missionário com os povos Kanamari e Katukina, no Rio Biá (AM). Foi durante o trabalho de vacinação dos indígenas que ela contraiu malária e faleceu, em março de 1990.

Irmã Maria da Assunção Pires – Filha da Caridade, atuou com os povos Wapichana e Macuxi na região da Serra da Lua (RR). Faleceu em 2020.

Irmã Maria do Carmo da Fonseca Leão – Irmã da Companhia das Filhas da Caridade, trabalhou com os povos Wapichana e Macuxi na região da Serra da Lua, em Roraima. Faleceu em 2016.

◆ Norte 2



Isa Pereira Quadros – Atou no Xingu (PA) com os povos Arara Urogormó e Kayapó. Foi colaboradora do Regional Norte 2 entre 1995 e 1999. Entre 2000 e 2014, ano de seu falecimento, dedicou-se à educação Escolar Indígena pela Secretaria de Educação Escolar no Maranhão.



Irmã Dorothy Stang – Assasinada no município de Anapu (PA), em 2005, por sua atuação de mais de três décadas em defesa dos povos do campo e das populações tradicionais da Amazônia. Companheira do Cimi, sempre atuou com respeito e carinho pelos povos indígenas, inspirando o respeito à diversidade nas comunidades de trabalhadores rurais com as quais trabalhava.



Ana Maria Silva Marques – Atuou como missionária entre os Kayapó, no Pará. Faleceu em 1992, de malária.



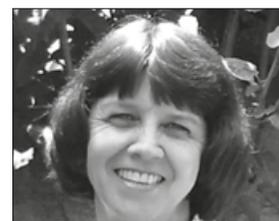
Irmãzinha Mayie Baptiste de Jesus – Chegou na aldeia dos Apyãwa/Tapirapé (MT) em 1956, como parte do grupo de Irmãzinhas de Jesus que teve importante atuação junto ao povo – cujo idioma Mayie estudou profundamente. Ela também fez parte da fraternidade que atuou, até 1960, junto aos Karajá do rio Araguaia. Permaneceu junto aos Apyãwa até 1982, quando foi para o Xingu, no Pará, onde atuou com o povo Asurini do Koatinemo, ao qual dedicou-se até o final de sua vida.

Irmã M. Leonarda – Chegou ao Brasil em 1920, vinda da Alemanha, sua terra natal. Atuou por mais de quatro décadas na Missão do Cururu, no Alto Tapajós (PA), junto ao povo Munduruku, onde chegou em 1922 e onde faleceu e foi enterrada no ano de 1965.

Irmã M. Crescência Tumbrink – Natural da Alemanha, em 1919 foi para a Missão do Cururu, no Pará, onde atuou junto ao povo

Munduruku. Assim como a Irmã Leonarda, faleceu na missão em 1966 e lá permanece enterrada até hoje.

◆ Sul



Irmã Beatriz Catarina Maestri – Catequista Franciscana, atuou, a partir de 1988, junto aos povos Xokleng, Kaingang e Guarani da TI Laklãnô-Xokleng e com os Cafuzos em Santa Catarina. Em 2005, mudou-se para São Paulo e, junto com a Pastoral Indigenista, consolidou o trabalho junto aos povos indígenas em contexto urbano. No mesmo período, foi eleita para a Coordenação Colegiada do Cimi Sul e escolhida como provincial da sua congregação. À frente da província, trabalhou para que a congregação assumisse o trabalho junto aos Guarani no Mato Grosso do Sul. Faleceu em 2014.



Irmã Delminda Lara Cardoso – Franciscana de Maria Auxiliadora, trabalhou na década de 1970 no Regional Sul, depois saiu em missão para outras regiões do país, retornando na década de 1990 para trabalhar com a medicina tradicional e a proteção de fontes junto aos Kaingang e aos Guarani da TI Xaçepó (SC). Faleceu em 2017.



Maria do Socorro Nunes da Silva – Trabalhou no regional Norte 1, onde atuou no Movimento de Apoio a Resistência Waimiri Atroari (Marewa). No Regional Sul, entre 1989 e 1997, trabalhou com os Guarani no estado de São Paulo, no litoral e na sede regional, na capital do estado. Faleceu em 2020.





Fotos: Hellen Loures, Maíara Dourado, Tiago Miotto/Cimi



50 ANOS

Recordações do Congresso de 50 anos do Cimi

Mística, memória, resistência e esperança: 50 anos a serviço da vida dos povos indígenas, vivendo com as diferentes culturas na perspectiva do Bem Viver





Política anti-indígena de Bolsonaro é apontada como principal justificativa para o resultado eleitoral

Terras indígenas respondem por um terço das urnas em que Lula teve 100% dos votos

Lideranças apontam política anti-indígena de Bolsonaro como principal justificativa para o resultado dessas seções



Por **Rafael Oliveira**, da Agência Pública

A política indígena do governo de Jair Bolsonaro (PL) rendeu frutos eleitorais – só que para seu adversário. Em 48 urnas localizadas em territórios indígenas, espalhadas por 11 estados, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi unanimidade. Esse número de seções eleitorais representa cerca de 1/3 das 143 urnas em que o candidato do PT recebeu 100% dos votos válidos, de acordo com levantamento da Agência Pública.

As urnas unânimes viraram notícia por conta de notícias falsas disseminadas pela rede de desinformação bolsonarista, que apontavam as seções eleitorais com zero votos para Bolsonaro como “prova” de que a eleição foi fraudada. Em alguns casos, o resultado eleitoral de uma seção em que o candidato do PL passou em branco era distorcido e apontado como se representasse toda uma cidade, o que não ocorreu em nenhum local do país. A narrativa falsa foi reforçada por uma live do jornalista argentino Fernando Cerimedo, que é ligado ao deputado federal e filho do presidente Eduardo Bolsonaro (PL). O vídeo, em que ele mencionava um “dossiê” sobre as fraudes, foi retirado do ar pelo YouTube.

A Pública ouviu lideranças de algumas das comunidades que deram 100% dos votos válidos para Lula. Eles citam justamente a política anti-indígena do atual presidente como principal justificativa para o resultado eleitoral dessas seções.

No “coração do agro”, indígenas dizem não a Bolsonaro

Somadas, as cidades de Confresa e de Porto Alegre do Norte, ambas no Mato Grosso, deram 67,5% dos votos válidos para Jair Bolsonaro (PL), candidato derrotado nas eleições de 2022. Foram 14.547 os eleitores que escolheram o número do presidente não reeleito. Nenhum desses votos, porém, saiu das duas urnas localizadas no interior da Terra Indígena (TI) Urubu Branco, que ocupa cerca de 168 mil hectares das duas cidades e da vizinha Santa Terezinha.

Uma das seções, localizada em Confresa, foi alvo de

ao menos duas fake news disseminadas por redes bolsonaristas. Em uma, um suposto eleitor afirmava em áudio ter viajado 1.600 km para votar em Bolsonaro, justamente na seção 28, localizada na Escola Estadual Tapi’Itawa, na Urubu Branco. Na outra, um apoiador do atual presidente questionava como era possível o candidato do PL não ter recebido nenhum voto em uma urna do Mato Grosso, “coração do agro”, estado onde ele venceu com cerca de 65% dos votos válidos.

Mas não há fraude: nas duas seções, uma em Confresa e a outra em Porto Alegre do Norte, Lula recebeu 383 e 55 votos, respectivamente, por decisão conjunta da comunidade, de acordo com o cacique Elber Ware’i Tapirapé. “Nós assistimos o presidente Jair Messias Bolsonaro durante a sua campanha, durante a sua gestão, falar sobre os povos indígenas. E a gente percebeu muito bem que ele não tinha interesse de lutar na questão indígena, principalmente na questão territorial. Ele deixou bem claro que não haveria, no governo dele, um centímetro de demarcação indígena e, durante quatro anos, ele não demarcou nenhum território indígena”, diz o cacique.

Os Tapirapé, que conquistaram a demarcação de seu território em 1998, mas ainda hoje sofrem com invasões, quase foram extintos nos anos 1950, quando chegaram a ter apenas 50 indivíduos. Hoje sua população se aproxima de 1.000 indígenas. “Também não teve nenhum projeto de apoio na questão da agricultura familiar indígena. E Bolsonaro vem acabando, sucateando a Funai, sucateando a Sesai [responsável pela saúde indígena]. Então a comunidade discutiu, todo mundo junto, e tanto no

primeiro turno quanto no segundo turno o povo da comunidade votou 100% no presidente eleito”, resume Elber Tapirapé.

Além das urnas da Urubu Branco, mais dois territórios indígenas matogrossenses não deram nenhum voto para Bolsonaro. Em uma urna na TI Capoto/Jarina, em Peixoto de Azevedo, Lula recebeu todos os 116 votos válidos. O cenário se repetiu em seção de Santa Terezinha, onde o povo da Tapirapé/Karajá deu ao presidente eleito todos os 248 votos válidos.

A gota d’água e o copo d’água

Em Barreirinha, no Amazonas, o presidente eleito Lula recebeu uma de suas mais expressivas votações em termos percentuais, vencendo com 91,39% dos votos válidos, sendo escolhido por um total de 14.079 eleitores. Em uma das urnas do município, o candidato do PT foi unanimidade, recebendo todos os 237 votos válidos depositados na Escola Municipal Marechal Cândido Rondon. A urna está localizada na Aldeia Simão e é uma das sete seções onde votam os moradores da Terra Indígena Andirá-Marau, que ocupa cerca de 789 mil hectares distribuídos entre três cidades do Amazonas e três do Pará. Em todas elas, Lula venceu com ampla vantagem.

Durante a pandemia, os Sateré-Mawé perderam a sua principal liderança, que ocupava o cargo de Tuxaua Geral do povo. Amado Menezes Filho morreu aos 64 anos, em outubro de 2020, após passar mais de 20 dias internado devido a complicações da covid-19. Ele era uma das principais vozes na luta contra a disseminação do vírus em territórios indígenas, e havia denunciado o enfraquecimento de uma barreira sanitária pelo órgão responsável pela saúde indígena na TI em que vivia.

“Nós temos o sentimento de que fomos massacrados durante esses anos de governo Bolsonaro. As chamadas ‘minorias’ – que não são minoria, se nos unirmos –, especialmente as populações indígenas, foram alvo de uma política de extermínio, que já vem há alguns anos, mas que esse governo Bolsonaro foi o pior”, resume Jecinaldo Sateré, morador de Barreirinha e liderança do povo Sateré Mawé. Ele aponta a “política de destruição dos territórios” como a gota d’água.

Além das urnas indígenas, a maior parte das vitórias unânimes de Lula ocorreu em territórios quilombolas, em assentamentos – alguns deles ligados ao MST –, em povoados e em unidades prisionais.

Jecinaldo conhece bem a retórica anti-indígena de Bolsonaro, e não é de hoje. Em maio de 2008, quando o político de extrema-direita ainda era apenas um deputado do baixo clero, o atual secretário-geral do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) ganhou as manchetes nacionais ao arremessar o líquido de um copo d'água contra Bolsonaro durante audiência pública que discutia a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Na ocasião, o então deputado do PP-RJ discutia com o ministro Tarso Genro, da Justiça, atacando os povos indígenas. Jecinaldo, que era membro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), reagiu. "Joguei água porque não tinha uma flecha", disse na época.

Para ele, apesar dos erros cometidos ao longo dos anos do PT à frente do governo, o projeto apresentado por Lula é completamente distinto do de Bolsonaro, e representa "esperança". "Com as propostas, com o aprendizado [dos mandatos anteriores], a gente espera ser ouvido. E espera que a criação do Ministério dos Povos Originários, seja um marco na criação de uma política de Estado, não apenas de assistencialismo, não apenas de distribuir o Bolsa Família. Que seja parte de uma política que busque a sustentabilidade, principalmente dos territórios e a garantia na prática dos direitos", diz.

Kanelas dizem não a Bolsonaro

Em julho deste ano, reportagem da Pública revelou que 239 mil hectares de fazendas foram certificadas em cima de terras indígenas não homologadas, graças à Instrução Normativa nº 9 da Funai (IN 09), de abril de 2021, que passou a desconsiderar as áreas indígenas que não tiveram a demarcação finalizada no cadastro do Sistema de Gestão Fundiária (SigeF) federal. Graças a dezenas de ações movidas pelo Ministério Público Federal (MPF), a normativa da Funai foi derrubada em vários estados, mas seus efeitos ainda são sentidos em diversos territórios.

O estado mais afetado é o Maranhão, onde mais de 138 mil hectares de terras indígenas estavam sobrepostos por fazendas em julho, a despeito da normativa estar suspensa no estado desde fevereiro. A resposta dos indígenas maranhenses à medida do governo Bolsonaro veio nas urnas: em oito seções localizadas em TIs no estado, Lula recebeu todos os votos válidos, em um total de 1.843 eleitores. O Maranhão, aliás, lidera a lista de seções eleitorais, indígenas ou não, em que o candidato do PT foi unânime: foram 47. Além disso, Lula teve 71,14% dos votos válidos no estado todo.

Três das urnas indígenas em que Bolsonaro passou em branco no estado estão localizadas na TI Kanela/Memortumré, que tem cerca de 100 mil hectares e fica quase inteira na cidade de Fernando Falcão (MA), sendo duas delas na Aldeia Escalvado. Somadas, as três seções deram a Lula 662 votos. Segundo Carloman Koganon Kanela, liderança da TI Kanela/Memortumré com quem a Pública já tinha conversado em julho, as certificações em cima de seu território estão entre

"Nós temos o sentimento de que fomos massacrados durante esses anos de governo Bolsonaro. As chamadas 'minorias' – que não são minoria, se nos unirmos –, especialmente as populações indígenas, foram alvo de uma política de extermínio, que já vem há alguns anos, mas que esse governo Bolsonaro foi o pior,"

os principais motivos para a unanimidade contra Bolsonaro na terra indígena.

"O governo do Bolsonaro não está olhando os povos indígenas e não está [trabalhando pelo] clima do Brasil e do mundo. [Nós também] tivemos problemas de massacre, de invasores dos territórios e o governo Bolsonaro certificou também algumas áreas dentro da nossa terra indígena. É por isso que os Kanela votaram no Lula", afirma.

Além da Kanela Memortumré, Lula também foi unânime em seções localizadas nas TIs Urucu-Juruá, Alto Turiaçu, Krikati (em duas seções) e Arariboia. Essa última, em especial, viu a violência, as invasões e o desmatamento dispararem durante o governo Bolsonaro. Era na Arariboia que vivia a liderança Paulo Paulino Guajajara, assassinado por madeireiros ilegais em novembro de 2019.

Terras que viram invasão aumentar também dão 100% para Lula

O Amazonas é o estado em que mais urnas localizadas em áreas indígenas deram vitória unânime para Lula, com 21 seções no total. Boa parte delas estão localizadas na cidade de São Gabriel da Cachoeira, que concentra o maior percentual de população indígena do país. No município, seis seções destinadas aos moradores da TI Alto Rio Negro não renderam um voto sequer a Jair Bolsonaro.

A outra seção de São Gabriel em que Lula teve 100% dos votos está localizada na Terra Indígena Yanomami, que foi unânime no candidato petista em outras duas urnas, ambas no município de Santa Isabel do Rio Negro. O território dos Yanomami viu as invasões de garimpeiros ilegais aumentarem exponencialmente durante o governo de Bolsonaro, atingindo inclusive indígenas isolados e provocando altos índices de desnutrição infantil, além de outras moléstias.

Ainda no Amazonas, quatro seções da Terra Indígena Vale do Javari também deram 100% dos seus 547 votos para Lula. Foi na região da TI, localizada em Atalaia do Norte, que o jornalista britânico Dom Phillips e o indigenista Bruno

Pereira foram assassinados, em junho deste ano. Fora as já citadas, o Amazonas também teve seções em que Bolsonaro foi completamente rechaçado nas TIs Betânia, Evaré I e Kulina do Médio Juruá.

Além de Amazonas (21), Maranhão (8) e Mato Grosso (5), Lula também alcançou 100% dos votos em urnas em terras indígenas de Pará (3), Minas Gerais (3), Roraima (2), Acre (2), Tocantins (1), Rio Grande do Sul (1), Mato Grosso do Sul (1) e Ceará (1). As seções unanimemente petistas incluem áreas como a TI Raposa Serra do Sol, em Roraima, e a TI Kayapó, no Pará.

Além das urnas indígenas, a maior parte das vitórias unânimes de Lula ocorreu em territórios quilombolas, em assentamentos – alguns deles ligados ao MST –, em povoados e em unidades prisionais.

As seções eleitorais indígenas totalmente petistas renderam a Lula um total de 9.125 votos, 0,015% dos mais de 60,3 milhões de eleitores do ex-presidente. Considerando todas as urnas em que o candidato petista foi unânime, foram 16.455 votos.

Já Jair Bolsonaro foi unanimidade em quatro seções eleitorais. Uma delas fica na Ilha Viçosa, na cidade de Chaves (PA), onde ele teve 39 votos. Lá, os candidatos do PT também não receberam votos em 2014 e em 2018. Outra seção fica em Charrua (RS), onde Bolsonaro teve 79 votos, enquanto as outras duas são originalmente de Caracas, na Venezuela, mas foram transferidas para Bogotá, na Colômbia, já que o Brasil não tem representação no país atualmente. Essas duas seções renderam 1 e 5 votos para o candidato derrotado. Ao todos, as urnas 100% bolsonaristas renderam 124 votos para o candidato do PL. O fenômeno de urnas unânimes também ocorreu em outras eleições.



Foto Verônica Holanda/Cimi

Após desfecho das Eleições 2022, CNBB afirma que o momento é de "reconciliação" e de "fiscalização" dos políticos eleitos

Para a presidência da CNBB, é preciso acompanhar, exigir e fiscalizar "aqueles que alcançaram êxito nas urnas"; além disso, a Conferência afirma que o momento é de "reconciliação" do país

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

A presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma mensagem a respeito da conclusão das Eleições 2022. Para a CNBB, o momento pede a reconciliação do país, porque é "essencial ao novo ciclo que se abre".

Além disso, a Conferência diz que é preciso monitorar todos os políticos eleitos. "Agora, todos, indistintamente, precisam acompanhar, exigir e fiscalizar aqueles que alcançaram êxito nas urnas. O exercício da cidadania não se esgota com o fim do processo eleitoral", diz um trecho da mensagem.

A CNBB cumprimentou, ainda, todos os candidatos eleitos e parabenizou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela "atuação no zelo de todo o processo democrático".

"Todos possam caminhar unidos para a construção da política melhor, aquela que está a serviço do bem comum, conforme define o nosso amado Papa Francisco. São os votos da CNBB. É o que suplicamos em preces para o nosso país".



Foto: arquivo pessoal

Em 21 de outubro, indígenas Kanela fizeram caminhada pró-Lula dentro do território

No Tocantins, apoiadores do atual governo tentam inviabilizar participação de indígenas nas eleições

Prefeituras do estado do Tocantins negam transporte público aos indígenas no segundo turno; Regional do Cimi recorreu ao TRE-TO para garantir a ida dos indígenas aos locais de votação

Por **Marina Oliveira**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Transporte público gratuito negado, tentativa de compra de voto e ameaças. Esse é o cenário vivido pelos povos indígenas do estado do Tocantins diante do período eleitoral. Empresários, ruralistas e, até mesmo, prefeituras se juntaram para impedir que os indígenas participem das eleições deste ano – ou, em alguns casos, para influenciá-los a não votarem em Lula, candidato à presidência da oposição.

No primeiro turno, muitos indígenas – como ocorreu nos povos Xerente e Apinajé – não conseguiram votar devido à falta de transporte público gratuito nas aldeias. Agora, no segundo turno, a situação não é diferente: apoiadores do atual presidente seguem inviabilizando o voto dos indígenas.

Exemplo disso é o que ocorreu em Itacajá (TO). A prefeita Maria Aparecida, apoiadora de Bolsonaro, alegou “falta de combustível e de veículos para transportar” os indígenas até os locais de votação.

“Temos a informar que a prefeitura vai ceder os 03 ônibus escolares próprios e o veículo Jeep Compass. No tocante aos demais veículos, torna-se inviável neste 2º turno das eleições a cessão dos mesmos por questão de abastecimento, visto que no 1º turno tivemos ajuda de custo de abastecimento através de doações”, diz um trecho do documento encaminhado pela prefeitura de Itacajá (TO) ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO).

“Portanto, os veículos locados ficarão à disposição da Justiça Eleitoral para o transporte de eleitores no 2º turno das eleições/2022 com a seguinte condição: abastecimento de veículos por conta da justiça eleitoral, pois no 2º turno não teremos doações para as despesas supracitadas. [...] Informamos, ainda, que os veículos que fizeram o transporte do eleitorado indígena no 1º turno foi doação dos comerciantes locais”, diz outro trecho.

Além disso, entre as estratégias denunciadas pelos indígenas para impedi-los de votar estaria, ainda, a compra de votos. Nesse caso, os indígenas receberiam dinheiro para não ir votar.

E não para por aí: indígenas do povo Krahô denunciaram nas redes sociais que um ex-prefeito de Goiatins (TO) compareceu à aldeia Pedra Branca, na Terra Indígena (TI) Krahô, prometendo a doação de vaca aos indígenas caso votassem em Bolsonaro. No entanto, os Krahô têm mantido uma postura firme, e recusam a compra dos votos.

Ciente dos casos, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Goiás/Tocantins já acionou os órgãos competentes para que tomem as devidas providências.

Denúncia à Justiça Eleitoral

O Cimi Regional Goiás/Tocantins também decidiu levar as denúncias relacionadas ao transporte público gratuito ao TRE do Tocantins e aos juizes das Zonas Eleitorais onde os indígenas votam. De acordo com um procurador regional eleitoral do Tocantins, a Polícia Federal já foi acionada para investigar os supostos crimes eleitorais.

A solicitação do Cimi Regional Goiás/Tocantins teve como base uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 19 de outubro, a Suprema Corte formou maioria de votos para confirmar a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, que autorizou todos os estados brasileiros a oferecer transporte gratuito no segundo turno.

“Acreditamos que nenhum cidadão deve ser excluído deste direito, nem pela sua condição social, gênero, classe social, raça, credo, partido político, orientação sexual, cor e grau de escolaridade. O ministro Barroso também reforçou na sua decisão que o voto é um direito constitucional e que, por isso, não pode haver qualquer discriminação de eleitores por sua posição política”, afirmou o Cimi Regional



Indígenas Apinajé, Krahô, Xerente, Canela e Avá Canoeiro

Goiás/Tocantins em documento encaminhado ao TRE do Tocantins e às Zonas Eleitorais.

Dada a situação de polarização, intolerância e ânimos exaltados na campanha eleitoral deste ano e, principalmente, neste 2º turno, se faz necessário que a coordenação e fiscalização do transporte público gratuito fornecido pelos municípios aos indígenas em todo o território do estado do Tocantins fique sob a tutela da Justiça Eleitoral, a fim de evitar que comunidades indígenas fiquem sem poder votar”, completa.

TRE-TO permitirá o deslocamento

Em resposta à prefeitura de Itacajá (TO), o TRE do Tocantins disse: “A 33ª Zona Eleitoral foi informada, pela Prefeitura de Itacajá, de que veículos cedidos por empresários e candidatos durante o Pleito de 02 de outubro não serão disponibilizados para o dia 30. Para suprir essa lacuna, serão direcionados 12 (doze) veículos com tração 4 x 4 (cedidos pelo Tribunal) para atender especificamente a área indígena. A determinação é para que nenhum eleitor deixe de comparecer às urnas por falta de transporte”, afirmou, em ofício, o juiz eleitoral Carlos Roberto de Sousa Dutra.

Do mesmo modo que a 33ª Zona Eleitoral deu resposta positiva para solucionar o problema de transporte para os indígenas Krahô, inviabilizado pela prefeita de Itacajá, todos os juizes eleitorais têm respondido ao Cimi Regional Goiás/Tocantins que será garantido o transporte público gratuito para os indígenas participarem do segundo turno eleitoral. Inclusive, enviando as informações dos locais da saída, nome

das aldeias, os horários de saída e retorno e as rotas que os veículos farão no dia da votação.

Além disso, a presidência do TRE do Tocantins afirmou ao Cimi Regional Goiás/Tocantins, por meio de documento encaminhado por e-mail, que a Justiça Eleitoral do Tocantins “não tem medido esforços” para garantir aos tocantinenses o direito de voto.

“Por isso mesmo, as providências adotadas por ocasião do 1º Turno das Eleições Gerais 2022 estão sendo mantidas e aperfeiçoadas para o 2º Turno de votação. Tudo visando garantir a efetividade dos direitos de cidadania e a festa da democracia”, afirmou a presidência.

Hoje, depois de ontem, o que dizer?

Por **Roberto Liebgott**, Equipe Porto Alegre – Cimi Sul

Hoje, depois de ontem, sorrir, abraçar, acolher as pessoas com carinho, ternura, afeto e simplicidade.

Hoje, depois de ontem, precisamos olhar adiante, sabendo que tudo ainda está por fazer – pois falta pão nas mesas e inexistente a paz.

Hoje, depois de ontem, voltamos a acreditar, respirar – depois de quase sufocar de angústia e tensão.

Hoje, depois de ontem, a poesia nos fará sonhar, esperar, nos ajudará a não desistir de caminharmos juntos.

Hoje, depois de ontem, devemos dizer obrigado aos milhões de votos do povo do Nordeste – do litoral ao agreste.

Hoje, depois de ontem, temos a certeza de que sem eles, do Nordeste, estaríamos reprimindo a esperança e os pesadelos – seriam rotinas nos sonos mal dormidos.

Hoje, depois de ontem, os debochados, os nazifascistas, os intolerantes permanecerão pelas vias e avenidas – eles, assim como nós, não desistirão.

Hoje, depois de ontem, se impõe a união, a determinação, a solidariedade em defesa da vida, terra, justiça, cidadania e contra todas as formas de violências.

Hoje, depois de ontem, vamos ter que lutar ainda mais, não perderemos o horizonte de sociedades plurais, fraternas e do Bem Viver.



Povo Avá-Canoeiro – Formação política – Eleições 2022

Saiba como foi o esforço do povo Munduruku para votar em Lula

“A gente não podia perder um voto sequer, nem um votinho”

Por **Cícero Pedrosa Neto Amazônia Real**

“Aluguei dois ônibus fiado pra gente conseguir votar. A gente não podia perder um voto sequer, nem um votinho”, conta a líder do povo Munduruku, Alessandra Korap Munduruku, sobre as dificuldades que precisou enfrentar para garantir que seus parentes votassem no último domingo (30). Apesar da alegria manifesta por conta da vitória nas eleições de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) – que prometeu acabar com as violações de direitos aos povos e territórios indígenas no país –, Alessandra reclama das limitações impostas às 13 aldeias Munduruku, localizadas em Itaituba, no Baixo Amazonas, para conseguirem exercer o direito ao voto.

As aldeias se encontram a mais de 80 quilômetros do núcleo urbano da cidade e nenhuma urna eletrônica, segundo a líder, foi disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas Terras Indígenas inscritas sobre o município. “O nosso maior sonho sempre foi tirar Bolsonaro do poder por conta de tudo o que ele fez contra nós, contra os povos indígenas, contra todos os povos da Amazônia e contra a natureza. Então eu tive que dar meu jeito”, diz Alessandra.

Ela conseguiu fazer com que 200 pessoas chegassem aos seus colégios eleitorais no dia da eleição. Segundo ela, a prefeitura de Itaituba disponibilizou apenas um ônibus gratuito para atender a demanda das aldeias, o que nem de longe supriu a necessidade dos indígenas. Os outros dois ônibus alugados por Alessandra custaram oito mil reais no total, dinheiro que nem ela e nem os seus parentes tinham para pagar.

“Era um daqueles momentos em que ou você recua ou vai. Eu disse: ‘eu vou pra frente; eu vou, meu povo!’. Era o único momento que a gente tinha para tirar esse homem [Jair Bolsonaro] lá de cima”, orgulha-se a líder por ter contribuído com a derrota nas urnas do presidente em exercício.

Alessandra fez um apelo no Twitter pedindo apoio para pagar os dois ônibus. A publicação viralizou e pouco tempo depois ela já tinha conseguido levantar o valor suficiente para quitar a dívida. Ela gravou um vídeo agradecendo pelas contri-



buições que recebeu. “Eu fiquei tão feliz, porque muita gente começou a ajudar. Davam de dez centavos, dez reais, cinquenta reais, cem reais... de cada centavo que foram doando a gente conseguiu pagar o transporte”.

“Essa vitória foi pelos povos que estão no sofrimento, chorando porque perdeu seu filho para uma draga [maquinário utilizado por garimpeiros para sugar o fundo dos rios em busca de ouro], por causa das drogas invadindo os territórios, pela prostituição estimulada pelo garimpo”, declara Alessandra sem esconder a emoção. “Isso alivia um pouco a gente. A gente está voltando a respirar um pouco, a sorrir; a gente voltou a se alegrar, a pular. E a luta continua, ela não acabou, não”. Em Itaituba, Jair Bolsonaro conquistou a maioria dos votos, 35.796 votos (62,45%), enquanto Lula obteve 21.526 (37,55%).

Apesar das determinações por transporte gratuito em todo Brasil, muitos indígenas, quilombolas e ribeirinhos não conseguiram chegar aos seus locais de votação. Um dos exemplos disso ocorreu com os indígenas da TI Xingu, na cidade de Querência em Mato Grosso, onde 600 indígenas foram impedidos de votar – fato reportado ainda no domingo (30) pela Amazônia Real. A agência também acompanhou o drama enfrentado por quilombolas do Alto Acará, no nordeste paraense, no dia das eleições. Segundo relataram, por conta de valas cavadas pela indústria de óleo de palma Brasil Bio Fuel (BBF), na principal via de deslocamento das comunidades à cidade de Tomé-Açu, muitos deixaram de comparecer às urnas. A BBF nega as acusações.

“Para a gente tudo é difícil. Sempre é uma batalha para a gente conseguir nossos direitos. Nesse dia não foi diferente, mas nós vencemos”, reclama Alessandra.

A Amazônia Real questionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a não disponibilização de urnas eletrônicas nas aldeias dos Munduruku em Itaituba. O órgão respondeu que a 34ª Zona Eleitoral (ZÉ), que abrange os municípios de Itaituba, Aveiro e Trairão, “não recebeu requerimentos para formação de comissão de transporte dentro do prazo previsto na legislação”. O TSE também informou que houve uma determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, para liberar o transporte gratuito, mas que “isso ficou a cargo das prefeituras e governos do Estado”, não tendo, portanto, o tribunal e suas ZEs, gerência sobre o tema. A respeito da disponibilização de urnas eletrônicas nas aldeias Munduruku, em Itaituba, o órgão respondeu que ainda não houve nenhum pedido formal por parte dos indígenas para que esta demanda pudesse ser atendida.

A reportagem também procurou a prefeitura de Itaituba para saber os motivos que fizeram o governo municipal ofertar apenas um ônibus para os indígenas, considerando a demanda muito superior de votantes, mas ainda não houve resposta.

Estudantes Munduruku

Um desafio ainda maior foi enfrentado por Maria Leusa Kaba Munduruku. Liderança conhecida mundialmente pela luta em defesa de seu povo e estudante de direito na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em Santarém, ela e mais 25 alunos Munduruku se viram desesperados quando o dia das eleições começou a se aproximar. Foi Maria Leusa que tomou para si a responsabilidade de resolver o problema, já que não conseguiram ajuda das prefeituras para se deslocarem até seu domicílio eleitoral, na cidade de Jacareacanga.

“Foi horrível, desde o primeiro turno foi um sacrifício para a gente conseguir chegar. Dessa vez foi ainda pior ainda com esse pessoal nas estradas, que não querem largar o poder. Por causa desse tipo de coisas que a gente fez de tudo para chegar em Jacareacanga e conseguir votar no Lula”, explica Maria Leusa, ela que foi uma vítima incontestada dos anos de Bolsonaro no poder. A líder conta que no primeiro turno das eleições a prefeitura de Jacareacanga arcou com o transporte dos indígenas, mas no segundo não se manifestou. A reportagem questionou a prefeitura de Jacareacanga sobre a não prestação do serviço aos indígenas, mas ainda não houve resposta.

A distância entre Santarém e Jacareacanga – onde estão outras 25 aldeias do povo Munduruku – é de cerca de 750 quilômetros a um custo de 20 mil reais de frete. Leusa conseguiu levantar fundos junto à Associação de Mulheres Indígenas Munduruku (Wakomborum) e, assim como Alessandra, conseguiu doações na internet por meio de uma vaquinha, que foi largamente compartilhada por amigos, ambientalistas e outros apoiadores que acompanham a trajetória de lutas de Maria Leusa.

Ela explica que transporte é uma das coisas mais caras que existem na região por conta das estradas precárias e da alta especulação gerada pelo garimpo ilegal de ouro, vastamente praticado na região – na maioria das vezes, violando os direitos originários dos Munduruku e contaminando o rio Tapajós de mercúrio.



Maria Leusa Munduruku

Foto: Ana Mendes/Amazônia Real/2016

Segundo Leusa, foi preciso conciliar o fim da semana de aulas na universidade, o trajeto de quase 48 horas até Jacareacanga, o dia das eleições e o retorno à Santarém – que só se deu na terça-feira e de barco, por conta dos atos antidemocráticos de bolsonaristas insatisfeitos com os resultados das eleições, que até hoje impedem a livre circulação em algumas rodovias federais e estaduais no Pará.

Aldilo Kaba Munduruku, recém-formado em Antropologia pela Ufopa, era um dos estudantes que compuseram o grupo que se deslocou até Jacareacanga para votar. Ele conta que ao chegar na cidade o grupo se dispersou e começou a “subir o rio de voadeira, cada um para sua aldeia”. Para isso, eles também precisaram pagar (cerca de 200 reais).

Diante do resultado das eleições, mesmo adoecido pelos dias de trânsito entre estradas e rios, Aldilo está feliz e sente que cumpriu uma tarefa importante. “Nós somos cidadãos também e a Constituição exige que a gente vote, assim como também é um direito nosso”.

Eleitor de Lula, ele contou à reportagem que uma das razões que o motivaram a votar foi pela melhoria das condições aos estudantes indígenas que, na sua maioria, precisam deixar suas aldeias para estudar em outras cidades. Nos últimos anos, com os cortes promovidos na educação e com o desinvestimento do governo em ciência e tecnologia, muitas bolsas de apoio a estudantes do ensino superior foram perdidas. Com isso, os indígenas também foram prejudicados, pois perderam as condições materiais que garantiam suas estadas distantes das aldeias e dos seus modos de vida.

“Nesse governo de agora, a gente espera que tudo seja diferente, que a gente não passe fome nas cidades porque foi estudar na universidade, que a gente tenha incentivo, tenha bolsa de estudo e dignidade”, aspira Aldilo.

Como antropólogo, ele comenta os pontos que o fizeram distinguir em quem confiar seu voto e o entusiasmaram a enfrentar as centenas de quilômetros de estrada de chão. “Os povos indígenas têm suas histórias, tem suas cosmologias, seus costumes e o Lula se importa com isso. Por isso que todo mundo abraçou essa causa de correr para Jacareacanga para votar nele”.

“Tomara que esse presidente da Funai saia junto com ele, o Xavier [Marcelo Augusto Xavier da Silva], que ignorou todos os nossos direitos. Nós perdemos a presença das nossas lideranças na Funai. Nós passamos a não considerar mais a Funai como defensora”, resume revoltado Aldilo, se referindo ao término do governo Bolsonaro em dezembro deste ano.

As eleições foram apertadas em Jacareacanga, mas, diferente de Itaituba, foi Lula quem conseguiu obter a maioria dos votos, 4.503 no total (53,07%) contra Bolsonaro, que recebeu 3.982 (46,93%) – uma diferença de apenas 521 votos entre os dois candidatos.



Aldilo Kaba Munduruku

Os Munduruku e Bolsonaro

Perseguida e ameaçada por garimpeiros e indígenas favoráveis ao garimpo, Leusa passou meses exilada depois de ter sua casa incendiada na aldeia Fazenda Tapajós. A casa da sua mãe e cacica Isaura Muo Munduruku também foi alvo do ataque, quando ambas perderam tudo. Ela e outras lideranças, como Alessandra Munduruku, são as principais vozes contra as violações de direitos humanos e ancestrais de seu povo.

“Foi um governo terrorista para nós, perdemos várias lideranças nossas para a Covid porque ele não deu vacina. Eu mesma fui uma vítima dele, os garimpeiros atacaram a minha aldeia, perdi minha casa, tive que fugir”, lembra a líder Maria Leusa, que é presidente da Associação de Mulheres Indígenas Munduruku (Wakomborum), que também teve sua sede atacada em março de 2021.

“A gente não aguenta mais nenhum ano de Bolsonaro, foi um pesadelo muito grande para nós. Ele está adoecendo a gente com mercúrio, com toda doença que os garimpeiros dele levaram”, diz Leusa se referindo às constantes incitações do presidente Bolsonaro à prática ilegal de garimpo de ouro na Amazônia, que atinge frontalmente o povo Munduruku e seus territórios. Estudos recentes da Fiocruz indicam que boa parte das aldeias, localizadas às margens do Rio Tapajós, foi contaminada com altas concentrações de mercúrio, um metal pesado altamente cancerígeno, proveniente do garimpo ilegal de ouro praticado nesta parte da Amazônia.

“Com a vitória do Lula o que a gente tem é a certeza que pelo menos vai ter diálogo, que vai ter gente disposta a ouvir o que a gente tem a dizer sobre nossas demandas e sobre os cuidados com a floresta”, indica Alessandra Munduruku.

Aldilo Munduruku demarca as diferenças entre o governo que termina e o que está por começar. “Ele [Lula] não fala palavrão para os povos indígenas, ele quer que os povos indígenas vivam do jeito deles. Porque os indígenas estão sendo massacrados pelo governo hoje em dia e o Lula não tem essa proposta de genocídio para nós. Ele é humano, ele não é um animal como esse outro [Jair Bolsonaro]”

Apesar de vocês...

Apesar de vocês e suas ações golpistas, criando barreiras ao direito do povo pelas estradas... o Nordeste é feito de gente arretada: a pé, de moto, de ônibus ou de jéque, as teclas 1 e 3 foram apertadas!

Apesar de vocês, beneficiários do orçamento secreto, que com suas malas de dinheiro quiseram comprar votos para o corrupto maior, o amor venceu... e se alguém pegou seu dinheiro sujo, vingou-se na urna com voto certo que deu, o número 13 apareceu!

Apesar de vocês, gado domesticado pelas reais mamatas que sempre privilegiam os já privilegiados... Apesar de seus ‘adesivos’, sua empáfia e pressão psicológica... Na solidão da urna os dedos foram ágeis e novamente o 13 teve lógica!

Apesar de vocês, empresários sem escrúpulos, que sonham com o retorno das senzalas e dos sepulcros. Que torcem pela redução dos direitos dos trabalhadores assediados, arrotando um discurso verde e amarelo de bom gado... Agora sabem que o coração do trabalhador é vermelho e que a resistência, brasa que fumeja no peito, é aquela que reina.

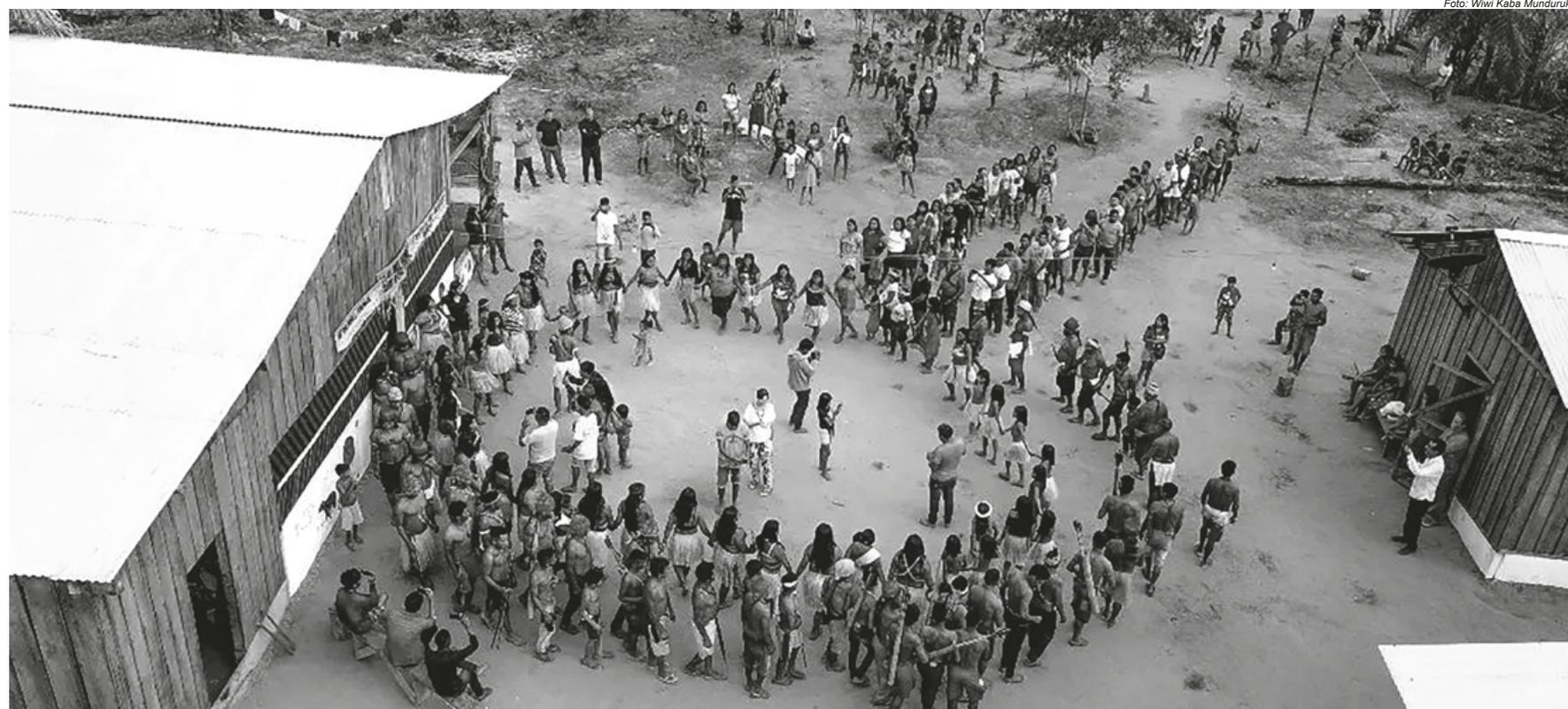
Apesar de vocês, falsos sacerdotes, zelotas que negando ao Cristo empunharam a espada e outras armas, no maior dos contra testemunhos que poderiam dar... Os fiéis provaram a fidelidade não a vocês, mas ao Evangelho; e que Coríntios 13,13 é a síntese verdadeira do que deve imperar: maior é o Amor e ele sempre vencerá!

Apesar de vocês, “bondosos amigos doadores” para a campanha de fascista. Apesar de vocês zetteis e attares junior, brandões, grendenes, hangs, sanderes e cervis... Seu “viagra financeiro” não teve efeito, e o “imbrochável” não se “re-ergueu”, embora suas ações e interesses no apogeu.

Apesar de vocês, neofascistas, racistas, homofóbicos, misóginos, escravocratas; trevas que ainda insiste em viver... Vem chegando a democracia e mais inclusiva ela há de ser.

Apesar de vocês, o Amanhã já se desponta como um novo dia... e viva os contra a tirania!

Gilberto Vieira “Giba” dos Santos



Abertura da II Assembleia das Mulheres Munduruku Wakoborun em outubro

Foto: Wiwi Kaba Munduruku



Mutirão Vivo: sinal de esperança e resistência dos Povos Indígenas

Mensagem da vida em abundância nos diferentes níveis, reciprocidade nas relações, coletividade das ações e conexão com a mãe Terra

Por **Lídia Farias**, Cimi Regional MS, **Marline Dassoler**, Cimi Regional Sul, e **Natália Filardo**, Cimi Regional MT

“**E**stamos aqui para defender nossa vida e nosso território. Estamos aqui para dizer não ao arrendamento de nossas terras”. Com estas palavras, Simão, liderança do Povo Kaiowá, acolheu e encorajou os participantes do Mutirão Vivo, que aconteceu entre os dias 17 à 22 de outubro nas Terras Indígenas Guyaroka e Laranjeira Nhanderu, ambas no Mato Grosso do Sul.

O Mutirão Vivo veio alimentar a esperança dos povos indígenas e de seus apoiadores, trazendo a mensagem da vida em abundância nos diferentes níveis. Reciprocidade nas relações, coletividade das ações e conexão com a mãe Terra foram destaques durante os dias de encontro. Em tempos tão perversos a atitude de escolher cuidar da vida de forma integrada com o meio a nossa volta, cuidando da casa comum como se fosse a nossa própria casa. Durante este Mutirão Vivo as pessoas se sentiram parte do processo, pertencentes ao lugar, de forma harmônica assegurando a plenitude do Bem Viver.

O Mutirão teve início no dia 17 de outubro na Terra Indígena Guyaroka com a acolhida e apresentação dos participantes. No segundo dia foi feita a discussão sobre o tema do encontro: Escassez ou abundância no Tekohá? Considerando quatro elementos vitais para a vida, terra, água, ar e sementes. A terra e a água são fontes geradoras de vida, as árvores e as sementes são fontes da diversidade sócio-cultural e base da alimentação dos povos. Todos estes elementos em abundância garantem o equilíbrio dos ecossistemas e a soberania alimentar. Quando um deles está ameaçado, os outros não se sustentam, pois há a co-dependência e a interrelação entre eles. A abundância só se mantém, quando temos o equilíbrio entre as forças materiais – terra, água, árvores e sementes – entre as forças sociais e as forças espirituais.

“Quando temos terra devastada, rios poluídos, veneno sendo jogado e nos alimentamos mal, nos desanimamos, perdemos a vontade de lutar”. Assim Anástacio Peralta refletiu sobre a escassez que vimos ao nosso redor, o que nos paralisa e nos faz morrer. Seu Tito, liderança da TI Guyaroka, completou dizendo que quando era mais novo, tinha fartura de mato, de caça, de sementes e o povo vivia feliz, comia bem, se divertia. Hoje, ele está ali para ajudar o povo a não desanimar, a permanecer lutando por sua terra, pelo seu chão. A concordância com a fala de Seu Tito foi grande. A emoção tomou conta do espaço, e logo a alegria das rezas e cantos foi mudando aquele clima de escassez que havia se instalado e tudo acabou na grande troca das sementes, na abundância da diversidade de vida posta em cada semente e em cada muda trazida pelos diferentes povos que ali estavam.

No dia seguinte, depois do ritual Kaiowá, foi dia de plantio de árvores madeiráveis e frutíferas ao longo dos arames que separam a fazenda da comunidade indígena para formar uma cerca viva de proteção contra os agrotóxicos pulverizados nas grandes lavouras de soja situadas ao lado da comuni-

dade. Cada pessoa levou uma muda e o Mutirão Vivo para o plantio se formou. Em poucos minutos uma extensão de aproximadamente 500m envolta da pequena escolinha das crianças, estava toda plantada e se via a satisfação e alegria no rosto daquelas e daqueles que colaboraram com esta atividade tão importante e necessária para as pessoas da comunidade. Em seguida, houve o plantio das sementes trazidas em uma roça já preparada para tal. À noite, rituais e danças fizeram a despedida do grupo que no dia seguinte partiria para outra comunidade para continuar o mutirão.

No dia 20, já na Terra Laranjeira Nhanderu novamente teve falas das lideranças no intuito de denunciar a situação vivida pelos diferentes povos indígenas que ali estavam. Junto com a denúncia, eram proferidas palavras de esperança e ânimo para que a luta continuasse e agora mais fortalecida porque havia se formado uma aliança entre todas e todos.

Além da análise de conjuntura nacional e local, neste espaço também foi feita a atividade da cozinha nativa, onde os diferentes povos prepararam pratos típicos de suas regiões. A realização desta atividade foi o fechamento do Mutirão Vivo e onde todas as reflexões e falas feitas nestes dias tiveram sentido. Foi o momento da partilha, da festa e de viver a abundância que este intercâmbio de saberes e sabores proporcionou. A alegria e a diversão tomaram conta da Casa de Reza e o clima de confraternização se manteve.

O Mutirão Vivo teve por objetivo, além do intercâmbio entre os povos indígenas fortalecendo-os nas suas lutas, promover a reflexão acerca da segurança e soberania alimentar

das comunidades, sendo uma atividade para garantir a sustentabilidade, bem como, ser uma alternativa na defesa dos territórios contra o arrendamento e outras formas de invasão. Um outro objetivo, que ficou evidente, foi a sensibilização dos povos indígenas com relação a situação vivida pelos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Os povos vindos da Amazônia legal brasileira ficaram estarecidos pelas precárias condições do território Kaiowá e, reafirmaram no momento de despedida, que estão cada vez mais aliados à causa deste povo e onde quer que forem, farão a denúncia. Também, afirmaram não esquecer destes momentos e de tudo que viveram nesta terra.

Participação

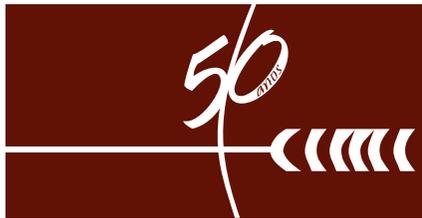
O evento contou com a presença de representantes de diversos povos indígenas: Akroá-Gamela, Tremembé (MA), Guarani M'bya (SC), Guarani Nhandewa (PR), Bororo, Karajá, Enawenê-Nawê, Myky, Chiquitano, Xavante, Tapirapé, Rikbaktsá (MT), Apurinã, Kambeba (AM), Amauako (Peru), Pay Tavyterã (Paraguai), além do povo Terena, Guarani e Kaiowá.

Também estavam presentes missionárias e missionários do Conselho Indigenista Missionário – Cimi dos regionais Sul, MT e MS, agentes da Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento de trabalhadores Sem Terra – MST, Faculdade intercultural Indígena – FAIND, Operação Amazonia Nativa – OPAN, Cáritas de Madre de Dios (Peru), representantes da Embaixada da Alemanha e do Escritório de ligação Brasil - Alemanha da Misereor.



CAUSOS E CASOS

Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

A canoa virou

Por Egon Heck*

Como tínhamos um bom conhecimento sobre o povo e território dos indígenas Deni do Rio Xeruan, no município de Itamarati e Carauari, no rio Juruá, fomos convidados pela Funai para contribuir com a identificação da terra desse povo, tanto no Rio Xeruan, quanto no rio Cunuí, afluente do Rio e Purus.

O primeiro susto foi quando nos propusemos varar da bacia do rio Xeruan para a bacia do rio Cunuí.

Pe. João D. Insistiu em nos acompanhar nessa difícil tarefa.

No segundo dia de caminhada, o Joãozinho, como era carinhosamente conhecido, começou a reclamar de dores e a mancar. Sentimos que tínhamos um desafio assustador pela frente. Caso ele não conseguisse mais andar, toda nossa previsão de trabalho iria por água abaixo, pois, com mais de dois metros de altura e mais de 100 quilos, não seria possível carregá-lo pelo varadouro. Mas ele insistia que conseguiria, com muita dor e sacrifício, nos acompanhar mais um pouco. Em solidariedade a esse seu esforço, decidimos interromper a caminhada e ver no dia seguinte as condições de continuidade do nosso companheiro. Juntamos umas folhas e acampamos lá mesmo.

A noite na floresta parece que foi terapêutica. João se pôs de pé e nos comunicou aliviado: está tudo bem. Vamos seguir. Afundamos os pés na picada/varadouro. Alguns ajustes. Distribuímos a carga fraternalmente, diminuimos o ritmo e o Joãozinho deu uma grade demonstração de sua garra.

Outra equipe veio ao nosso encontro por um pequeno afluente do Cunuí. Alívio. Logo todos se acomodaram na canoa e fomos baixando o igarapé até chegar no barco em que a outra equipe subiu. Momento de gratidão e alívio. Alguns companheiros foram visitar famílias que moravam nessa região. Como estava demorando muito e a noite já estava batendo na porta da floresta, decidi ir ao encontro deles e saber as razões da demora. Peguei a canoa que estava com um motor Yamaha 40 HP (potente). O danado de motor não estava querendo funcionar. Depois de um

tempo, repentinamente ele pegou e, como estava engatado, deu uma repentina virada, afundando tudo na água. Ficamos nadando no rio para chegar na beira. Felizmente os outros colegas foram chegando e nos recolheram. O desafio então foi recuperar a canoa, o motor e as espingarda de estimação do Gunter.

Ficamos até altas horas da noite e nada de encontrar o material que afundou. Entrei numa espécie de depressão, sentindo-me culpado pela perda do material. Fiquei três dias sem comer e sem falar com ninguém no barco. Foi um momento difícil.

Na nossa caminhada ainda encontramos Vinutani que tinha sido mordida por cobra, estando com a perna toda em chagas abertas. Fomos até a sede da missão do Jocum para encaminhar a Deni de avião até Porto Belho. Deu tudo certo. O Joãozinho foi de carona.



Cobra Grande

Por Egon Heck*

Sagarana. Uma aldeia de sobreviventes Oro Wari, conhecidos como Pakaa Nova, contatados no início da década de 60. O contato foi organizado criminosamente pelo governo do Território de Rondônia. Da estimativa de uns três mil indígenas, sobreviveram aproximadamente 600. Um grupo de sobreviventes foi salvo graças à ação emergente da Prelazia de Guajará Mirim que os transferiu para uma terra que ela possuía na região da Bahia da coca.

Subitamente o grito forte de um porco. Vários indígenas e membros da equipe da Opan (Operação Anchieta) correram na direção dos gritos. Qual não foi a nossa surpresa ao vermos uma sucuriju enrolada no porco, e pela metade ainda dentro da água. Após um momento de espanto, foram surgindo sugestões. Próximo ao corpo da enorme cobra havia uma árvore. Embora enrolar a cobra na árvore. Embora. E lá fomos os mais corajosos, agarrar a cobra. Depois de alguns momentos, alguém sugeriu irmos puxando a cobra até apontar a cabeça e então desferir um tiro de espingarda. E assim foi feito. Um indígena foi buscar a espingarda e um grupo de umas cinco pessoas foram puxando a cobra até apontar sua cabeça fora d'água. Pum. Um só tiro na cabeça e ela foi soltando o porco. Puxamos ela para a beira do rio. E dali sumimos num barranco até próximo à casa da equipe. A carne branquinha serviu de alimento. O couro e colocamos para secar. Quase seis metros de comprimento. Esse couro da sucuriju ficou exposta na porta de entrada do escritório da Opan, na avenida Alberto Bins 1026 e, posteriormente, em Cuiabá, na rua Ipiranga.

Depois de algum tempo na aldeia de Sagarana uma parte da equipe foi para Guajará Mirim. Em Sagarana ficaram o Paulo, Lena e Edgar. E Guajará, para um Trabalho social com a população pobre da periferia de Guajará ficaram Lotário, Egon (da Opan), Fernanda (da TVC - Técnicos Voluntários Cristãos) e Antônia, (enfermeira da OED - Voluntária Austríaca).

A presença de voluntários de vários países estava dentro da perspectiva de liberar mais o clero, no caso o Frei Luiz – administrador da Radio Educadora de Guarajá Mirim e Pe Bendotaides, médico, que por muitos anos esteve auxiliado os índios doentes, em seu processo de recuperação.

* Egon Heck é ex-padre, formado em Teologia e em Filosofia, com pós-graduação em Ciência Política e lutou, e ainda luta, bravamente ao lado de comunidades indígenas em todo o país, contrariando toda carga cultural e ideológica de preconceito contra os povos indígenas a que esteve exposto em sua própria família e diante da política de inúmeros (des)governos.



A coluna "Causos e Casos", iniciada na edição de abril de 2021, é um especial dos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que traz textos assinados por Egon Heck e Egidio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

É a comemoração do cinquentenário por meio do reconhecimento da contribuição do Cimi para o desenvolvimento da causa indigenista a partir de seus missionários e missionárias, aqui representados por Egon Heck e Egidio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a

atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica.

As histórias da "Causos e Casos", escritas especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo

as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena.

Egon Heck e Egidio Schwade relatam causos e casos com propriedade, pois, desde

os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.